

## A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO INDIVÍDUO SURDO

Devid Xavier Guimarães<sup>1</sup>

Alanne Corrêa Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho procura conhecer as possibilidades de atuação dos/as profissionais do Serviço Social junto às pessoas surdas na defesa de seus direitos e, no enfrentamento do preconceito e discriminação presentes na sociedade. Traz a temática: A atuação do assistente social no processo de inclusão do indivíduo surdo, que tem como área de concentração o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para usuários e familiares da unidade CRAS, além de oferecer formação continuada para os profissionais em língua de sinais. Se justifica, pois, este profissional tem importância fundamental neste espaço, quando o mesmo se vincula com propósito de possibilitar encaminhamentos necessários aos serviços sociais e assistenciais, contribuindo para a inclusão do surdo. Tendo como objetivo conscientizar a sociedade em geral de que o processo de socialização é de fundamental importância para a quebra das barreiras comunicacionais com as pessoas surdas. Adota o método de pesquisa quantitativa, com ênfase para pesquisa de campo através de materiais disponíveis na internet, além de trazer à discussão junto aos profissionais atuantes da área a implantação e execução da proposta da Política Nacional de Assistência Social em Cametá e traz autores como: Duarte (2018), Iamamoto (2001), Lacerda e Campos (2013), que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa e contribuíram para a concretização da mesma.

**Palavras-chave:** Língua Brasileira de Sinais. Inclusão. Serviço Social.

### INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se propõe a ser um elo entre o serviço social e a inclusão social das pessoas com deficiência, com ênfase para pessoas surdas, através do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nas instituições públicas de atendimento, além de fazer passagem pela temática da educação inclusiva, que versa sobre o projeto que tem como área de concentração o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para usuários e familiares do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Unidade São Benedito, além de oferecer formação continuada para profissionais de diversas áreas em língua de sinais.

Atualmente a sociedade está dando maior atenção e se organizando para o atendimento às pessoas com necessidades especiais por meio do cumprimento das leis e regulamentações.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2019). Graduando do curso de Licenciatura em História do Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS). Pesquisador do Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina - GESAT. Voluntário na Divisão de Inclusão Educacional - DIE. E-mail: [devidguimaraes@live.com](mailto:devidguimaraes@live.com)

<sup>2</sup> Acadêmica de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Pesquisadora do Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina – GESAT. [lanny.correal3@gmail.com](mailto:lanny.correal3@gmail.com)

Preocupados com a inclusão das pessoas com deficiência, com ênfase às pessoas com surdez, busca-se investigar de que maneira está acontecendo a inclusão desse indivíduo nas instituições, assim como, os vários aspectos que colaboram para a implementação dessa prática nas salas de aula, dentre estes, a formação do interprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras e a qualificação dos profissionais das unidades, já que são eles os agentes responsáveis pelo atendimento dos indivíduos surdos.

Este trabalho apresenta como objetivo conscientizar a sociedade em geral sobre a importância da Libras e de que o processo de socialização é fundamental para a quebra das barreiras comunicacionais entre ouvintes<sup>3</sup> e surdos e que para isso se faz necessário conhecer a comunidade surda e suas lutas, possibilitando formação e conhecimento acerca da Língua de Sinais a todos.

Especificamente objetiva-se que a inclusão social da pessoa surda seja efetivada na unidade de atendimento em todos os setores onde o profissional do serviço social possa atuar, levando dignidade e inclusão aonde quer que seja o fazer profissional dos assistentes sociais de nosso município, que ainda é carente de profissionais qualificados e/ou formação continuada para estes.

A metodologia utilizada foi quantitativa e qualitativa com uso de pesquisa de campo e entrevistas direcionadas ao público-alvo e profissionais atuantes na unidade concedente de campo de estágio e supervisionado por profissional qualificada da área do serviço social, além de coleta de dados obtidos nas rodas de conversas utilizadas como instrumentalidade na pesquisa.

Busco nesse projeto pautar a demanda, ajudando para que esse cenário de exclusão mude, que por muitas vezes por medo e por sofrer com o preconceito, abandono ou por ameaça não são realizadas denúncias por parte dos surdos, mas nós como membros de uma categoria profissional que preza lutar pela igualdade e garantia de direitos, não podemos fechar os olhos para uma preocupação que deveria ser de toda uma sociedade.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa adota o método de pesquisa quantitativa e qualitativa, que para Duarte (2018), “As pesquisas quantitativa e qualitativa se definem a partir da abordagem do problema formulado, visando à checagem das causas atribuídas a ele”, com ênfase para pesquisa de

---

<sup>3</sup> Termo utilizado pela comunidade surda para pessoa que não possuem surdez.

campo através de materiais disponíveis na internet e de questionários simples, além de trazer à discussão junto com os profissionais atuantes da área a implantação e execução da proposta da Política Nacional de Assistência Social do município de Cametá, e através de roda de conversas com profissionais da educação. Deste modo, foi possível elaborar um trabalho, com o auxílio de pesquisas documentais, em revistas e sites de circulação de materiais referentes a área do serviço social e das políticas públicas existentes em nosso país e em especial no município de Cametá.

Foram utilizados como ferramentas para levantamento de referencial teórico, livros e artigos científicos e para a pesquisa de campo foi utilizado um questionário para levantamento de informações em locus, a pesquisa foi realizada no Centro de Referência Assistência de Social - CRAS São Benedito do município de Cametá, local onde foram vivenciados experiências e planejamentos com a população surda, a partir do estágio de Serviço Social. O Serviço Social da Unidade, tendo acesso à comunidade surda frequentemente, por estar nas proximidades da escola Osvaldina Muniz, permitiu criar um tema de pesquisa pertinente à realidade vivenciada e aliando-se ao interesse pela Língua Brasileira de Sinais – Libras deste pesquisador.

O caminho percorrido para investigação do tema, primeiramente foi a partir de uma perspectiva bibliográfica para contextualização no trabalho e também formação do alicerce teórico básico e necessário para construção do mesmo. Em seguida procurou-se a aproximação dessa realidade em campo, realizando entrevistas com usuários surdos e profissionais do Serviço Social do CRAS, da Divisão de Inclusão Educacional – DIE do Campus UFPA Cametá e do Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina - GESAT, para esclarecer questionamentos que compunham o trabalho, baseado na pesquisa realizadas para produção de artigos para eventos.

Das metodologias de aprendizado coletivo, as rodas de conversa têm sido adotadas por várias instituições como um instrumento pedagógico importante para estimular o aprender com o outro e a partir do outro. O desenvolvimento da oralidade é dado pela própria conversa e quanto mais conversa, melhor! Essa metodologia é muito utilizada com as crianças que ainda estão aprendendo a se comunicar, mas continua sendo muito válida para a discussão de temas importantes com os adultos, tal como a inclusão de pessoas surdas.

## **DESENVOLVIMENTO**

Tratar da temática em questão, foi fundamental para elaboração deste trabalho, durante as atividades desenvolvidas no campo de estágio e no estágio voluntariado na DIE/UFPA, pude

perceber a importância de se trabalhar a língua de sinais na perspectiva da educação inclusiva, e apesar de não atuar na área da educação no estágio, através de diálogos com a supervisora de campo conseguimos pensar a possibilidade de trabalhar a inclusão da LIBRAS nas atividades desenvolvidas na comunidade CRAS, haja vista que a escola de Ensino Médio Prof.<sup>a</sup> Osvaldina Muniz, além de estar presente na área de abrangência da unidade, é referência no município por propor uma educação que busca por garantir a inclusão de pessoas surdas, conforme prevê a lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão.

Então a proposta de pesquisa que norteou o presente trabalho consiste em conhecer e analisar as possibilidades de intervenção para o trabalho do assistente social no processo de inclusão de pessoas surdas na rede regular de ensino e na sociedade de forma geral. O estudo sobre a atuação do Serviço Social neste contexto, com olhar para o trabalho desenvolvido no município de Cametá, vem responder à minha curiosidade científica de pesquisador em desvendar o trabalho que pode ser desenvolvido pelo assistente social nessa política social garantida como direito social a todo cidadão e buscando apresentar a Libras para os usuários do CRAS e toda a sociedade civil e a quem interessar.

A principal problemática é a exclusão por falta de comunicação com esses usuários, logo, surgem problemáticas tais como:

É fundamental que o profissional assistente social aprenda Libras?

Como pode-se perceber, o profissional do serviço social, deve ser o agente facilitador das causas sociais, que é o das políticas de inclusão dos indivíduos surdos do nosso município, a profissão vai se engajando e as lutas por direitos permanecem extremamente atual. Embora saibamos das dificuldades que este profissional encontra para ser reconhecido diante da sociedade capitalista, enfatizamos que é por meio de diversas tensões, expressões contraditórias e lutas que se apresentam os limites e potencialidades que são definidos no interior das lutas de classes (IAMAMOTO, 2009). Dessa maneira, os movimentos sociais ainda são os principais agentes no engajamento das lutas que norteiam as classes, e nesse sentido, pode-se dizer que a Associação de Surdos de Cametá – ASSURCAM, acaba sendo a única entidade que busca pela participação ativa dos surdos nesse processo de luta por direitos, porém, acaba caminhando sob as atividades de terceiros.

Como romper essa barreira comunicacional sem o auxílio de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais - TILS<sup>4</sup>?

---

<sup>4</sup> Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010, regulamenta o exercício da profissão do tradutor e intérprete de Língua de Sinais.

Somente através da formação e capacitação em língua de sinais que o profissional do serviço social será capaz de buscar pela quebra dessa barreira comunicacional, ou com a participação de profissionais TILS, logo, sendo conhecedor da Libras, o assistente social estará ajudando significativamente, no processo de inclusão do indivíduo surdo e rompendo essa barreira comunicacional que o impossibilita de atuar profissionalmente nas unidades das quais ele estiver inserido.

A Libras é importante para a comunidade e sociedade em geral?

Com toda certeza, a Libras é importante não só para o surdo, mas também para toda a sociedade, esta língua deve ter a mesma importância para as pessoas, quanto a língua inglesa, haja vista que é mais comum você encontrar um sujeito surdo nas ruas em busca de informações e até mesmo de novas amizades, do que estrangeiros, portanto, a Libras é fundamental para a comunicação entre surdos e ouvintes na sociedade atual.

É de responsabilidade do profissional de Serviço Social proporcionar condições e possibilidades de acesso também ao usuário surdo, realizadas a partir de um atendimento com qualidade. Nas entrevistas, portanto, foram levantados questionamentos como: demandas do usuário surdo no CRAS, o trabalho interventivo feito pelo assistente social para o acesso dos usuários surdos aos seus direitos, dificuldades encontradas e melhorias a serem realizadas nos atendimentos do Serviço Social aos usuários surdos, os motivos de atendimento dos surdos na unidade foram diversos, as assistentes sociais relataram que as maiores demandas dos surdos por elas percebidas são os benefícios de prestação continuada, entre outros.

Para realização da pesquisa, utilizou-se da demanda dos surdos no município de Cametá, buscando-se saber quais eram suas dúvidas, como se realiza o atendimento do profissional de Serviço Social ao surdo e quais as barreiras encontradas. Por meio desta obteve-se sugestões por parte das assistentes sociais e usuários surdos para que melhorias fossem realizadas, objetivando-se concretizar uma luta por uma sociedade justa e livre de discriminações historicamente determinadas. Vale ressaltar também a importância de apresentar o indivíduo surdo, para que este seja o principal agente nesse processo de difusão da sua língua, as autoras LACERDA e SANTOS, apontam que:

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao ser surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados, de forma mais completa e acessível. (LACERDA; SANTOS, 2013 p.48).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE no censo populacional realizado no ano de 2000, existem 24,6 milhões de pessoas com deficiência no



país. Desses deficientes, cerca de 6 milhões de pessoas têm alguma forma de deficiência auditiva, das mais simples até a surdez total. Estes números nos mostram a grande quantidade de deficientes auditivos e surdos no país e este é um fato que não pode ser ignorado pela sociedade.

Sendo que este indivíduo supracitado, é excluído e ignorado pelas instituições públicas de atendimentos sociais, por ainda hoje em pleno século XXI, existir essa barreira comunicacional, pela falta de profissionais fluentes em língua de sinais ou TILS nessas instituições. Sendo esta, também uma problemática, então, como fazer para mudar essa realidade?

Este trabalho busca por responder a essas problemáticas e às questões sociais como a falta de acesso do indivíduo surdo a ambientes dos quais ele deveria ser acolhido e atendido, haja vista que este é um direito garantido em lei. Sabe-se que no Brasil, a utilização da língua de sinais e do português, oral ou escrito entre os surdos cresceu desde a década de 90, por meio de diversas lutas e reivindicações da comunidade surda, nos diversos setores da sociedade, porém, muito ainda há para se fazer.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa busca por conscientizar a sociedade em geral de que o processo de socialização é de fundamental para a quebra das barreiras comunicacionais com as pessoas surdas e que para isso se faz necessário conhecer a comunidade surda e suas lutas, possibilitando formação e conhecimento acerca da Libras para todos, o que compreende o objetivo geral desta. Fica evidente, a partir desta pesquisa, que a temática tem sua importância para a categoria profissional já que temos muitas contribuições a oferecer ao povo surdo brasileiro, que ainda sofre com estigmas construídos desde a antigamente, possibilitando que os direitos já assegurados pela legislação sejam efetivados e, que se garantam outros direitos ainda não contemplados naquelas.

Enfatiza-se, portanto, que são vários os debates e as questões referentes ao povo surdo. E, que é importante os/as assistentes sociais estarem atentos às reivindicações destas pessoas para que façam as mediações e intervenções adequadas às suas realidades e, dessa forma, serem profissionais qualificados para efetivação e garantia de direitos.

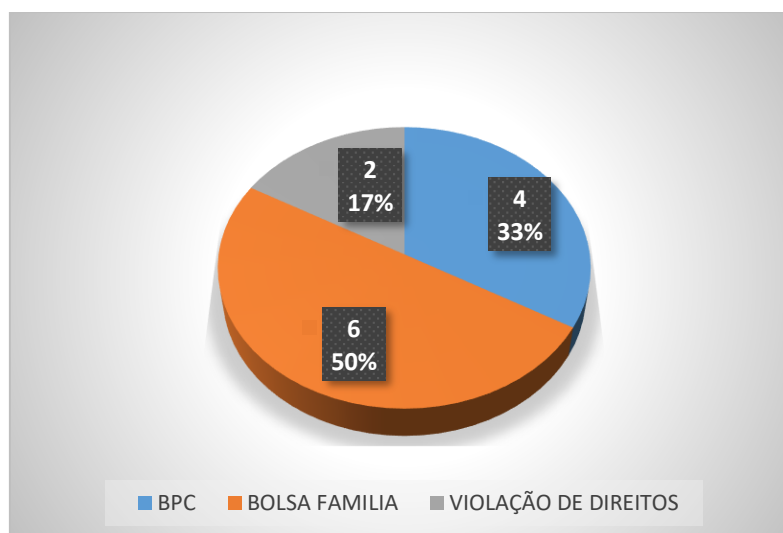
Considerando que o assistente social atua nas diversas formas de expressão da questão social, em diversos campos de atuação e, que “dispõe de relativo poder de interferência na formulação e/ou implementação de critérios técnico-sociais que regem o acesso dos usuários

aos serviços prestados pelas instituições e organizações sociais públicas e privadas” (IAMAMOTO, 2005, p. 145), é que ressalta-se a importância destes profissionais conhecerem as particularidades e singularidades dos usuários surdos para que possam intervir de forma coerente e capaz de garantir a efetivação dos seus direitos, evitando acontecer situações constrangedoras para as pessoas surdas.

Considera-se, ainda, que a temática é de grande relevância para a profissão, visto que cabe aos assistentes sociais participarem dos movimentos de luta e reconhecimento dos direitos dos usuários/as de seus serviços, dentro da perspectiva do Projeto Ético-político Profissional, o qual tem valores e bases definidos no Código de Ética Profissional (1993). Ao considerar-se que as políticas sociais servem para assegurar os direitos dos cidadãos, percebemos que existem várias Leis que garantem direitos aos surdos/as, mas é visível o desconhecimento e/ou desrespeito quanto à realidade e às verdadeiras reivindicações da comunidade surda.

Então, acredita-se que este trabalho abre um leque de possibilidades para futuros estudos, mais aprofundados, sobre diversas questões aqui levantadas. Desejamos que a temática seja abraçada por mais profissionais e pesquisadores do Serviço Social, principalmente por aqueles que atuam, na prática, com surdos, pois é extremamente necessário o estudo sobre esta temática junto à profissão. Constata-se, através da observação da realidade, que a questão das pessoas surdas não está desvinculada do contexto geral da sociedade capitalista em que vivemos. Os surdos necessitam que o Estado assuma sua responsabilidade perante as desigualdades sociais. No gráfico a seguir, apresentam-se demandas do usuário surdo no CRAS e os resultados dos atendimentos:

**GRÁFICO 1: DEMANDAS DOS USUÁRIOS SURDOS NO CRAS**

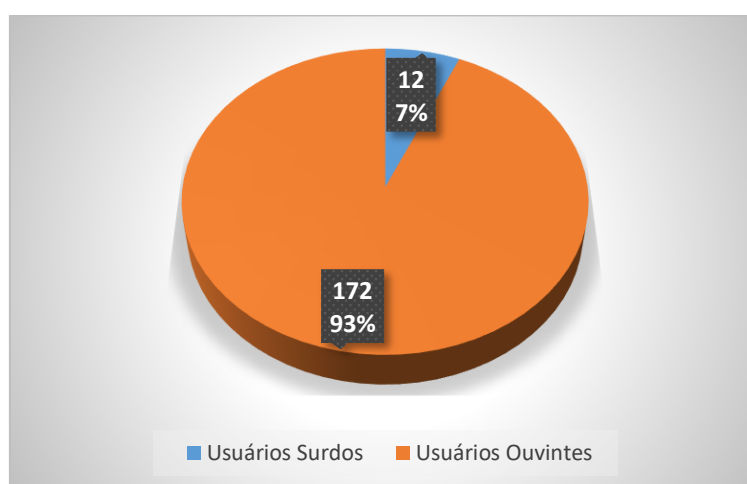


**FONTE:** Elaboração do Autor

Deste modo, percebe-se que a atual demanda de surdos é mínima ao total geral de usuários atendidos pelo CRAS, pois, apenas 12 usuários de um total de 184, são surdos, e a falta da presença de usuários surdos, está ligada à falta de profissionais TILS na unidade, percebe-se também que a demanda desses usuários surdos está ligada a programas sociais de renda, redistribuição de renda e violação de direitos, que na maioria das vezes está ligada à maus-tratos, bullying, violência psicológica e até mesmo violência física.

A seguir, apresenta-se a demanda total e a demanda reprimida da unidade, referente aos atendimentos de usuários surdos e ouvintes.

**GRÁFICO 2: DEMANDAS TOTAL DE USUÁRIOS DO CRAS**

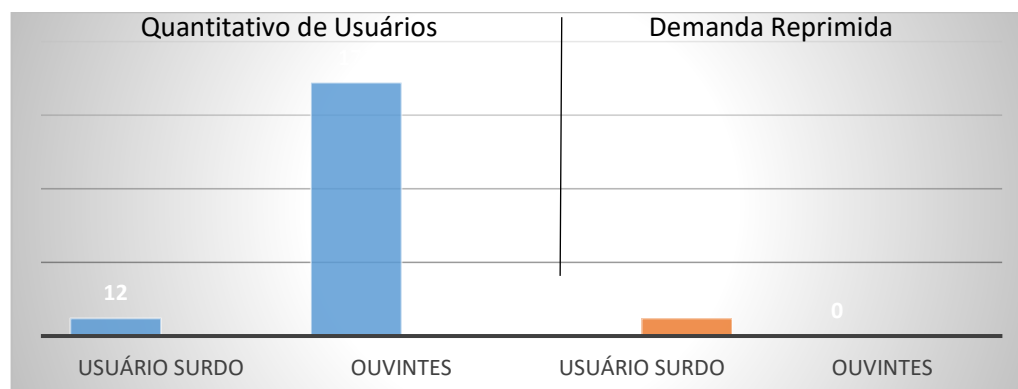


**FONTE:** Elaboração do Autor.

Como exposto no gráfico acima, a unidade CRAS atende mensalmente o quantitativo de 184 usuários, destes, 12 são pessoas surdas, pessoas estas que recebem um atendimento precarizado, pois, além da falta de estrutura da unidade, há também a falta de profissionais capacitados que conheçam a Libras e/ou TILS para romper essa barreira comunicacional existente nos atendimentos.

Abaixo apresenta-se a demanda reprimida da unidade:

**GRÁFICO 2: DEMANDAS REPRIMIDAS DE USUÁRIOS DO CRAS**



**FONTE:** Elaboração do Autor.



A tabela apresenta a demanda de usuários que não são atendidos na unidade CRAS, mostra que 100% da demanda reprimida da unidade são usuários surdos, que por não haver profissionais capacitados para o processo de inclusão através da Libras e de profissionais TILS que deveriam atuar, não só nestas unidades, mas, em todas as instituições públicas que trabalham com a oferta de direitos da pessoa humana.

Para estas pessoas, a autonomia é um direito que, ainda, precisa ser conquistado, tanto em relação às famílias, como em relação à toda sociedade visto que na maioria das vezes eles, são tratados como inferiores, incapazes, sendo tolhidos de exercerem, por exemplo, a profissão que sonharam e escolheram para si mesmos por não conseguirem vencer um mercado de trabalho altamente preconceituoso.

Portanto, o povo surdo possui força e coragem para enfrentar os desafios que lhe são postos, mas precisam que o povo ouvinte o respeite. Qualquer que seja o nível linguístico de um surdo, seu grau de escolaridade ou sua profissão, antes de tudo, eles são humanos, são cidadãos brasileiros com direitos e deveres iguais a todos. E, aqueles/ que se encontrem em situação de desrespeito aos seus direitos e/ou de vulnerabilidade social devem encontrar, nos serviços que buscarem, assistentes sociais capacitados técnica, ética e politicamente para atendê-los com respeito, dignidade e qualidade.

É importante que a categoria dos assistentes sociais tome consciência dessa questão como contexto político para aperfeiçoamento de análise crítica dos profissionais, bem como da importância de trabalhar pelo reconhecimento dos direitos sociais e de cidadania dos surdos, pelo Estado e pela sociedade, participando da luta dessa minoria em prol da visibilidade da multiculturalidade da comunidade surda. Que o Serviço Social considere a diversidade surda como parte da classe trabalhista, para reflexão das práticas profissionais na intervenção na realidade da pessoa surda.

Por outro lado, também podemos entender que em virtudes das condições de trabalho, da precariedade encontrada no campo de atuação, que restringe a instrumentalidade, o profissional Assistente Social esteja em parte impossibilitado de intervir de fato na demanda apresentada, porém o faz dentro da perspectiva de inclusão adotada.

Na tabela apresentada a seguir consta as propostas de todos os/as participantes desta pesquisa quanto às contribuições que o Serviço Social pode oferecer às pessoas surdas:

**Tabela 2: CONTRIBUIÇÕES DA PROFISSÃO**

<b>Quais as contribuições que a profissão pode oferecer a esta população?</b>
---

P1	Através da participação nos movimentos, seminários, conferências entre outros, contribuindo no processo de democratização e implementação de ações junto ao segmento da pessoa com deficiência. Nas atividades do cotidiano realizando atribuições específicas ao profissional de Serviço Social.
P2	Dentro de nossa profissão todo conhecimento é importante para que possamos ampliar o nosso olhar sobre o usuário e nossa capacidade de prestar um bom serviço a quem deles necessite, sendo assim, não podemos limitar nossa ação por não saber nos comunicar com uma pessoa surda, cega ou de qualquer tipo de deficiência, ele é um usuário do sistema como outro qualquer, e como tal necessita de nossa intervenção.
P3	No atendimento e encaminhamentos das necessidades das pessoas surdas com o objetivo de garantir a efetivação dos seus direitos.
P4	Garantia de atendimento digno e respeitoso. Garantia de acesso a direitos e serviços de qualidade. Acesso a informações e direitos específicos atrelados às necessidades deste público, dentre outras.
P5	Promovendo o acesso à informação, desenvolvendo pesquisa, buscando realizar um atendimento qualificado.
P6	Nossa trajetória profissional é repleta de desafios e aprimoramentos, visando o reconhecimento da profissão e a construção de um mundo melhor. Conhecer a história dos/as surdos/as no país e no mundo, e com eles buscar quebrar as barreiras arquitetônicas, seria umas das contribuições possíveis.
P7	As instituições que representam a profissão de Serviço Social, primeiramente precisam se aproximar da temática, promovendo eventos (seminários, fóruns e outros), para assim, incentivar o debate acerca das questões pertinentes ao segmento. Depois instituir disciplina que aborde o conteúdo voltado ao conjunto das pessoas com deficiência. Para dar início a esse processo de informação pode-se ouvir os próprios profissionais (Assistentes Sociais) que têm deficiência para estarem protagonizando a disseminação do conteúdo em questão.
P8	O profissional pode contribuir no sentido de viabilizar a mobilização da comunidade surda para a participação efetiva na formulação da política pública em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e no acesso aos bens e serviços relativos aos programas e serviços já existentes. Para tanto o/a assistente social

	estará contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, eliminando as formas de preconceitos e potencializando e respeitando à diversidade.
P9	A profissão pode contribuir repassando informações sobre direitos e benefícios referentes às políticas sociais de uma forma geral; garantir que esses direitos sejam resguardados e ao identificar alguma violação aos direitos das pessoas deficientes a/o profissional pode entrar em contato que órgãos competentes para intervir e zelar pelos direitos humanos.

**Fonte:** Elaboração do Autor

Diante destes argumentos e discussões que a pesquisa alavancou, destaca-se a importância de instigar o trabalho profissional do Serviço Social para contribuição ao acesso dos direitos da pessoa surda, fundamentalmente ao direito à assistência social. A análise dos dados proporcionou elencar e discutir em uma perspectiva da construção histórico crítica, os avanços e desafios que tanto os profissionais da área do serviço social, quanto os usuários surdos enfrentam no contexto social atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar então que o assistente social deve está em constante busca de condições para melhor atender as demandas da população em vulnerabilidade social do território de sua abrangência, junto às políticas públicas, e qualificar-se na condição bilingue sendo conhecedor além da língua portuguesa, mas também de uma nova língua que é a Libras. Dessa forma, o CRAS e também o assistente Social atuam profissionalmente com a contribuição para assegurar direitos às pessoas e à coletividade.

Sendo assim, conclui-se que os profissionais de Serviço Social devem estar sempre buscando conhecimento e, que oportunidades diversificadas de aprendizagem devem ser organizadas pelas entidades representativas e de formação da categoria profissional, bem como pelas instituições empregadoras para possibilitar que o profissional esteja cada vez mais qualificado para o atendimento das demandas dos usuários de seus serviços, incluindo-se nestes as pessoas surdas, com suas particularidades e singularidades apresentadas ao longo deste trabalho. Além disso, ressalta-se o papel do Estado, enquanto responsável pelas políticas sociais, de investir na educação de surdos/as bem como em formas de inseri-los e mantê-los de maneira digna no trabalho, respeitando sua autonomia, sua cultura e possibilitando a acessibilidade necessária às especificidades desse povo.

Finalizando, quero destacar que o povo surdo brasileiro não está parado. Surdos e surdas não são coitadinhos que ficam em casa “isolados” do mundo, não são inferiores. Eles/as lutam a cada dia para mostrar sua capacidade, seu valor. Lutam para que cada vez menos surdos/as sejam tratados como defeituosos, anormais, deficientes ou mudos, é uma luta árdua que, como qualquer outra, envolve jogo de forças políticas internas e externas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art 19 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 200. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006\\_/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006_/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 29 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146/2015** – Lei Brasileira de Inclusão, Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 29 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm) Acesso em: 29 de maio de 2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, aprovado em 15 de março de 1993 – com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e 293/94. Disponível em: <[www.cfess.org.br/legislacao.php](http://www.cfess.org.br/legislacao.php)>. Acesso em 24 abril de 2019.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos**. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 14, p.237-250.